

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O **download** gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

De acordo com o Banco Central do Brasil, a inflação medida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) situou-se em 0,16% em julho, após 0,15% em junho.

A inflação acumulada em doze meses até julho alcançou 6,87% (6,71% em junho), 2,27 pontos percentuais (p.p.) acima da observada em igual período de 2010. As explicações em relação a este aumento da inflação nesse período reflete tanto o comportamento dos preços livres, que variaram 7,38% (4,88% em doze meses até julho de 2010), quanto o dos preços administrados, que se elevaram em 5,67% (3,95% no mesmo período de 2010).

Em relação aos preços livres, o Banco Central destaca que a variação dos preços dos bens comercializáveis alcançou 6,44% (2,58% em igual período de 2010), e a dos não comercializáveis, 8,18% (6,97% em igual período de 2010).

A inflação de serviços atingiu 8,82% no acumulado de doze meses até julho – maior nível desde setembro de 1997. Em síntese, o conjunto de informações disponíveis sugere persistência da alta de preços observada em 2010, processo liderado pelos preços livres, que, em parte, reflete o fato de a inflação de serviços seguir em níveis elevados.

Por meio das informações da Tabela 1, as projeções do mercado para 2011 são de estouro da meta de inflação, atingindo 6,52%.

Para 2012, já ocorreu também um aumento da mediana da projeção do IPCA, ficando em 5,52% a.a.

TABELA 1 – EXPECTATIVA DE MERCADO PARA INFLAÇÃO E JUROS

Variáveis	2011			2012		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje
IPCA (%)	6,31	6,46	6,52	5,20	5,50	5,52
IGP-DI (%)	5,45	5,46	5,77	5,00	5,05	5,06
IGP-M	5,52	5,77	5,79	5,01	5,04	5,15
IPC-Fipe (%)	5,59	5,77	5,77	4,77	5,00	5,00
Meta Selic – fim de período a.a.	12,50	11,00	11,00	12,38	10,75	10,75
Preços Administrados (%)	5,35	5,60	5,60	4,50	4,55	4,57

FONTE: Relatório Focus do dia 23 de setembro de 2011.

A meta Selic para o final do ano é de 11% a.a. Para o ano de 2012 a projeção é de Selic a 10,75% a.a.

Com a piora do cenário econômico na União Monetária Europeia, a expectativa do mercado já de corte superior a 0,5 ponto percentual na taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), agendada para outubro.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início do mês de setembro os dados relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) da economia brasileira no segundo trimestre de 2011. Em relação ao primeiro trimestre do corrente ano, o PIB cresceu 0,8%, levando-se em consideração os ajustes sazonais. O setor de serviços foi o destaque positivo, com 0,8% de expansão, sendo que a indústria cresceu 0,2% e a agropecuária registrou retração de 0,2%, conforme indicado pela Tabela 2.

No comparativo entre o segundo trimestre de 2011 e o segundo trimestre de 2010, o PIB apresentou considerável expansão de 3,1%, com destaque novamente para o setor de serviços, que cresceu 3,4%; seguido pela indústria, com aumento de 1,7%, e finalmente pelo setor agropecuário que permaneceu estável. Em valores correntes o PIB atingiu R\$ 1.201,8 bilhões no segundo trimestre de 2011.

TABELA 2 – PRODUTO INTERNO BRUTO – BRASIL – 2º TRIMESTRE DE 2011

Período de comparação	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
2º tri-2011/ 1º tri-2011	0,80%	-0,10%	0,20%	0,80%
2º tri-2011/ 2º tri-2010	3,10%	0%	1,70%	3,40%
1º sem-2011/ 1º sem-2010	3,60%	1,40%	2,60%	3,70%
Valores correntes no Trimestre (R\$ bilhões)	1.201,8	61,9	231,0	580,3

FONTE: IBGE.

No comparativo entre o acumulado de 2011 (primeiro semestre) e igual período de 2010, o PIB registrou expansão de 3,6%, liderado novamente pelo setor de serviços com 3,7%, seguido da indústria com 2,6% de crescimento e pelo setor agropecuário com 1,4% de aumento.

Pela ótica da demanda interna, a formação bruta de capital fixo (FBCF ou investimento planejado) apresentou crescimento de 1,7% no segundo trimestre de 2011 quando comparado ao primeiro trimestre do corrente ano. A despesa de consumo das famílias aumentou 1,0% e a despesa de consumo da administração pública registrou expansão de 1,2% em relação ao trimestre anterior. Esses dados são apresentados na Tabela 3, que também registra os comparativos com o segundo trimestre de 2010 e entre os primeiros semestres de 2011 e 2010.

TABELA 3 – PRODUTO INTERNO BRUTO – BRASIL – 2º TRIMESTRE DE 2011 – DEMANDA INTERNA

Período de comparação	PIB	FBCF	Cons. Famílias	Cons. Governo
2º tri-2011/ 1º tri-2011	0,80%	1,70%	1,00%	1,20%
2º tri-2011/ 2º tri-2010	3,10%	5,90%	5,50%	2,50%
1º sem-2011/ 1º sem-2010	3,60%	7,30%	5,70%	2,30%
Valores correntes no Trimestre (R\$ bilhões)	1.201,8	182,4	612,5	270,4

FONTE: IBGE.

Quanto ao setor externo da economia brasileira, as Exportações de Bens e Serviços apresentaram expansão de 2,3% no comparativo com o trimestre anterior e as Importações de Bens e Serviços registraram crescimento expressivo de 6,1%.

SETOR EXTERNO

O valor das exportações brasileiras registrado em agosto foi de US\$ 26,16 bilhões, e o das importações, de US\$ 22,28 bilhões. O superávit comercial registrado no período foi de US\$ 3,87 bilhões, e a corrente de comércio (i.e., a soma dos valores das exportações e das importações) foi de US\$ 48,45 bilhões.

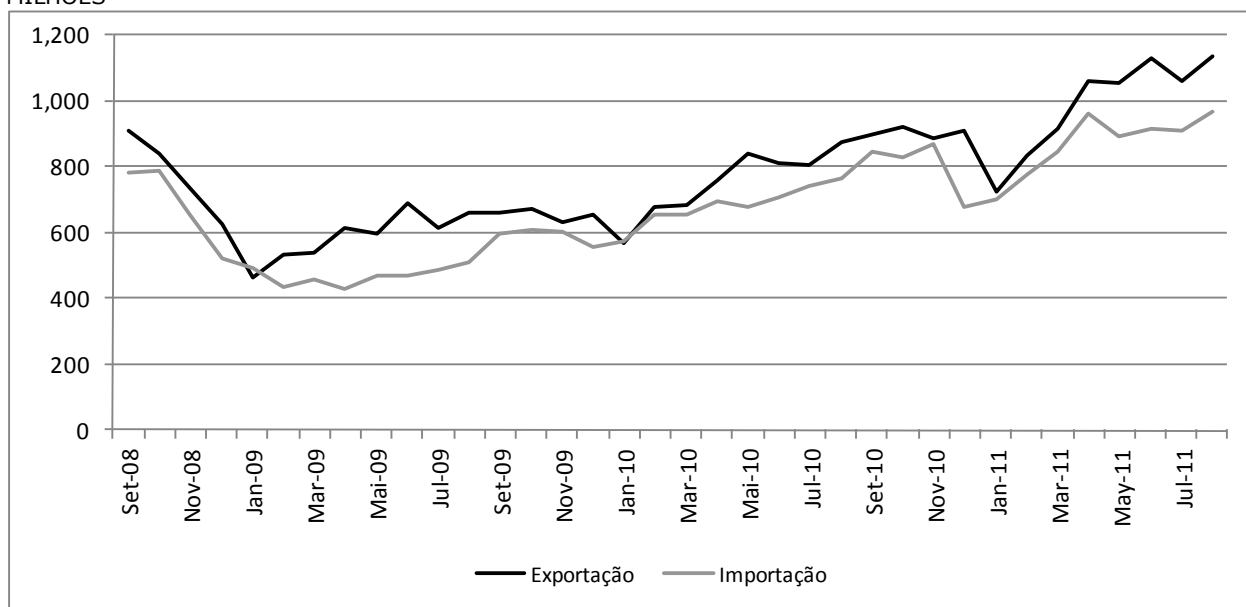
O valor das exportações equivale a US\$ 1,14 bilhão em mercadorias exportadas em cada um dos 23 dias úteis do mês. Esse valor é 7,33% maior do que o registrado em julho, e 30,1% maior do que o registrado em agosto do ano passado.

A média por dia útil correspondente às importações de agosto foi de US\$ 968,9 milhões. O valor vem de um incremento de 6,43% sobre o mês anterior, e de 26,9% sobre agosto de 2010.

O saldo da balança comercial de agosto corresponde a um superávit de US\$ 168,4 milhões por dia útil. O valor é 12,8% maior do que o correspondente a julho, e 51,9% maior do que o registrado em agosto do ano passado.

Essas e outras informações são ilustradas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS 36 MESES – MÉDIA POR DIA ÚTIL (US\$ MILHÕES)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Segundo o critério do valor transacionado, as cinco principais categorias de mercadorias exportadas pelo país em julho foram minérios de ferro não-aglomerados (13,45% do valor exportado), óleos brutos de petróleo (9,16%), grãos de soja (7,28%), açúcar de cana (5,77%) e minérios de ferro aglomerados (3,63%).

Os principais países de destino da exportação brasileira no mês passado foram China (17,64% do valor exportado), Estados Unidos (9,7%), Argentina (8,43%), Holanda (5,48%) e Alemanha (3,31%).

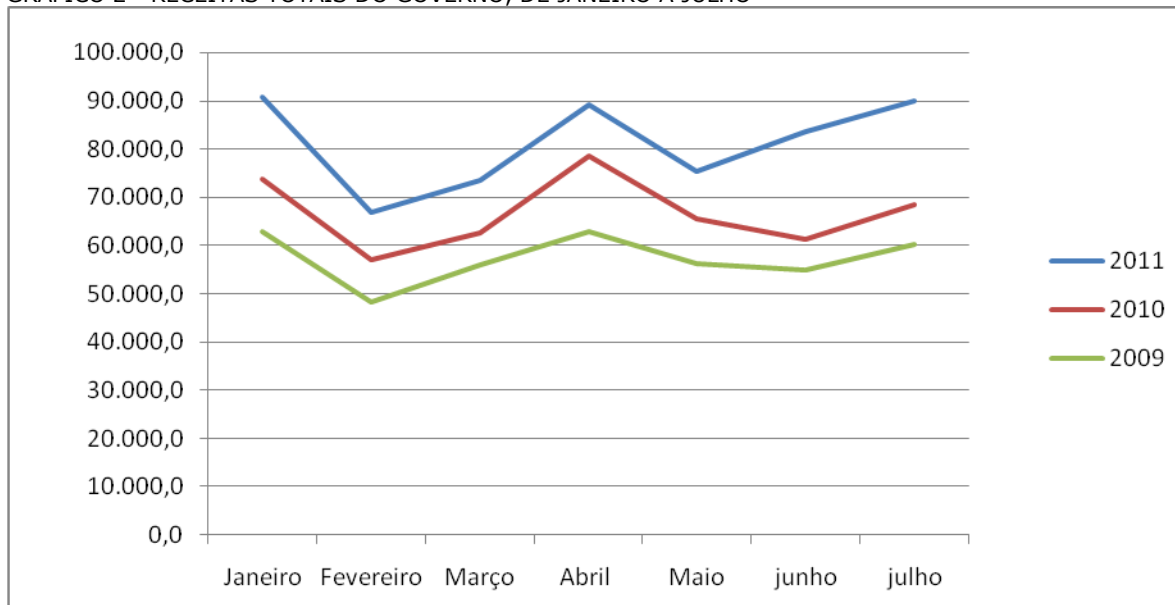
As cinco principais categorias de mercadorias importadas pelo Brasil no mês passado foram óleos brutos de petróleo (4,73% do valor importado), óleo diesel (4,35%), automóveis médios (2,64%), naftas para petroquímica (2,21%) e cloretos de potássio (1,86%).

Os principais países de origem da importação brasileira em abril foram Estados Unidos (14,85% do valor importado), China (14,63%), Alemanha (7%), Argentina (6,45%) e Coreia do Sul (4,43%).

FINANÇAS PÚBLICAS

O Governo Central arrecadou R\$ 90,1 bilhões em julho de 2011, valor 7,7% maior do que no mês anterior e 31,5% superior em relação ao mesmo período de 2010. Podemos ver pelo Gráfico 2 abaixo, que a tendência de queda segue a mesma dos anos anteriores, mas com uma maior intensidade:

GRÁFICO 2 - RECEITAS TOTAIS DO GOVERNO, DE JANEIRO A JULHO

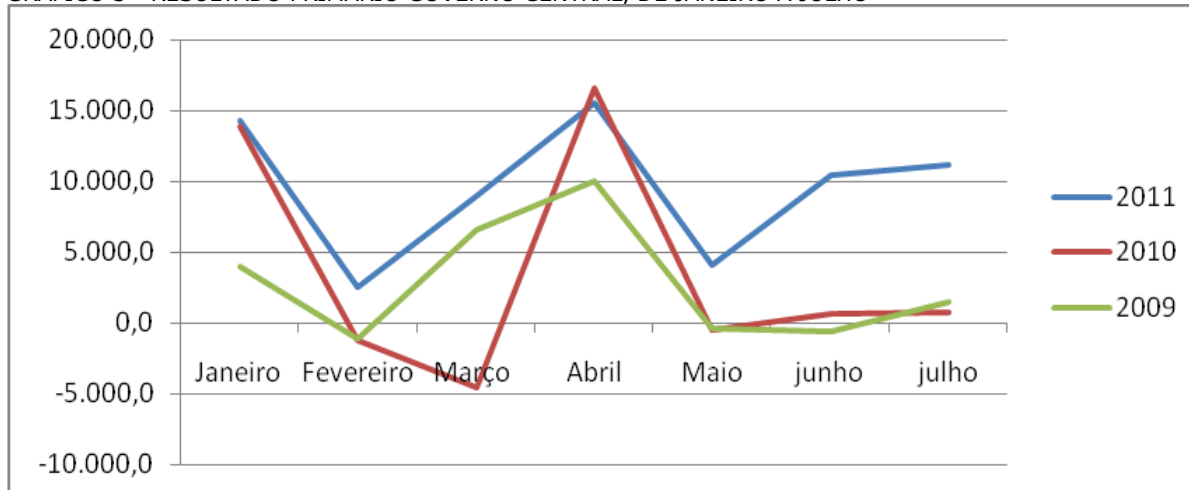


FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

Os principais motivos para esse aumento no mês de julho foram os acréscimos de R\$ 8,3 bilhões e R\$ 5,8 bilhões na arrecadação do CSLL e IRPJ, respectivamente, primeiramente em função do pagamento da CSLL, em julho de 2011, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral desse tributo encerrada em junho de 2011; em segundo, do crescimento arrecadação do IRPJ, em função da maior lucratividade das empresas no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011.

O resultado primário do governo em julho de 2011 foi superavitário em 11,2 bilhões, contra R\$ 10,6 bilhões em junho, e um resultado positivo se comparado ao do mesmo período de 2010, onde o superávit foi R\$ 779,0 milhões.

GRÁFICO 3 - RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL, DE JANEIRO A JULHO



FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 66,9 bilhões frente a um superávit de R\$ 25,7 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 41,2 bilhões ou 160,7%, na comparação entre os dois períodos.

Do lado dos dispêndios do Tesouro Nacional, verificou-se aumento de R\$ 7,2 bilhões (19,4%) nas despesas do em relação a junho. Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram em R\$ 3,6 bilhões frente ao mês anterior refletindo, especialmente, o efeito decorrente do pagamento da primeira parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal. Da mesma forma, os gastos com custeio e capital também apresentaram aumento de R\$ 3,6 bilhões, atingindo R\$ 27,0 bilhões, em julho. As despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego foram os principais fatores que contribuíram para esse aumento (crescimento de R\$ 5,5 bilhões), sendo contrapostas pela redução do pagamento de sentenças judiciais de custeio e capital em R\$ 1,4 bilhão e decréscimo de R\$ 717,9 milhões das despesas discricionárias comparativamente ao mês anterior.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,1 bilhões, contra déficit de R\$ 1,9 bilhão apurado em junho. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 325,0 milhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 2,2 bilhões no mês, contra R\$ 2,4 bilhões, em junho. A parcela rural manteve, em julho, déficit de R\$ 4,3 bilhões registrado no mês anterior.

Como proporção do PIB, em relação ao acumulado dos primeiros sete meses de 2010, houve um crescimento da receita previdenciária em 0,21 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,07 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,23% para 0,94% do PIB, ou seja, 0,29 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

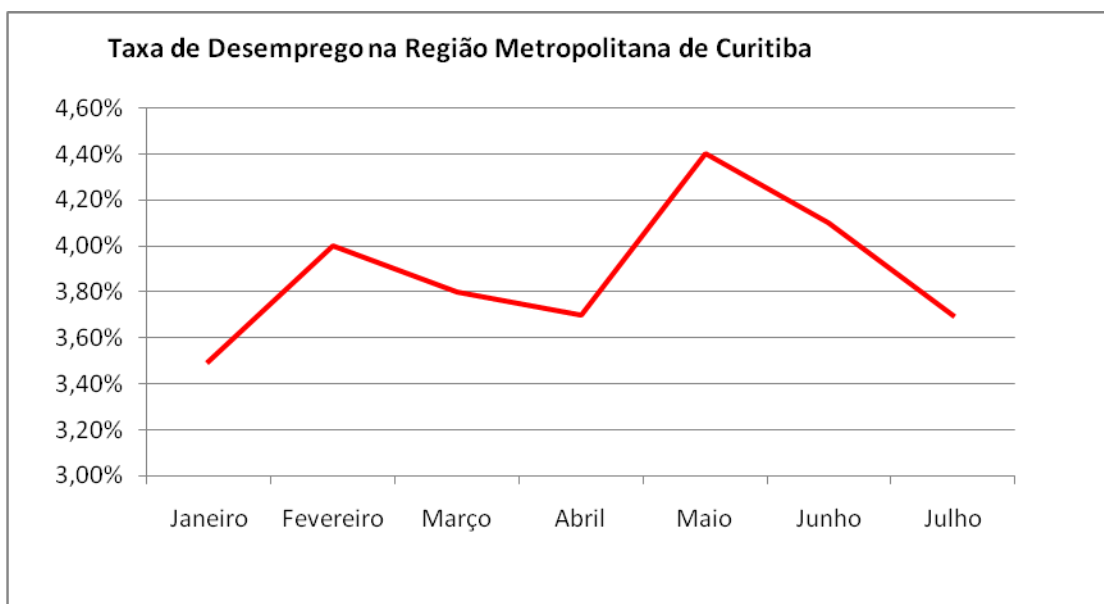
ECONOMIA PARANAENSE

MERCADO DE TRABALHO

No mês de agosto, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o estado do Paraná gerou 14.251 empregos formais (sendo 5.999 na Região de Curitiba). É o quarto estado brasileiro que mais gerou postos de trabalho no país. Em comparação com os demais estados do Sul, o Paraná segue criando maior número de empregos; Santa Catarina criou 7.597 e o Rio Grande do Sul registrou 5.609 novas contratações. Em 2011, o número acumulado de empregos criados no estado é de 123.395.

O setor que mais contratou em agosto foi o de serviços, 4.822 novos postos de trabalho, um incremento de 0,56% em relação ao estoque total do mês anterior. A indústria, em segundo lugar, apresentou saldo de 4.306 contratações (alta de 0,62% em relação ao estoque total do mês anterior), e a construção civil gerou 1.987 postos de trabalho (alta de 1,43%).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) caiu de 4,1% para 3,7%, entre junho e julho de 2011. Em comparação com as demais regiões metropolitanas brasileiras, Curitiba tem a menor taxa de desemprego. Abaixo, pode-se visualizar a evolução da taxa de desemprego na RMC, no ano de 2011.



Ainda de acordo com a PME, a RMC apresentou a terceira maior remuneração real dos trabalhadores no país em julho; São Paulo (R\$ 1.719,70), Rio de Janeiro (R\$ 1.672,80) e Curitiba (R\$ 1.639,90). Todavia, o resultado curitibano de julho de 2011 é 2,6% menor do que o registrado em julho de 2010 e 2,1% mais baixo do que o registrado em junho de 2011. De acordo com o IPARDES, a queda de renda foi mais significativa nos segmentos de serviços e administração pública.

FORMALIZAÇÃO DOS AUTÔNOMOS

De acordo com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, o número de profissionais autônomos que se formalizaram está em forte crescimento no estado. Em maio deste ano, eram 62.370 microempreendedores individuais; em julho: 71.665; e em agosto: 77.123. Em relação às empresas que optam pelo Simples Nacional, o número de participantes do programa no estado era de 194 mil em dezembro de 2009; passou para 213 mil em dezembro de 2010; e chegou a julho de 2011 em 223 mil.

INFLAÇÃO

Agosto

A inflação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba apresentou como resultado uma variação de 0,46% em agosto. Em julho o índice ficou mais próximo da estabilidade, em 0,15%. Considerando os últimos 12 meses, a variação acumulada no período é de 6,73%. Cabe destaque ao fato de que o índice acumulado de 12 meses estava em 4,31% há um ano, em agosto de 2010. A inflação acumulada do ano de 2011 está em 4,22%, consideravelmente superior aos 2,62% registrado no mesmo período do ano passado.

Como fatores que puxaram a alta da inflação, citamos o grupo Transporte e Comunicação que registrou incremento dos preços em 0,82%; passagens aéreas (17,78%); automóvel de passeio zero quilômetro (1,09%); conserto de veículo (1,75%); gasolina (0,74%); Habitação (0,87%); Energia Elétrica Residencial (2,45%); Alimentos e Bebidas (0,77%); Saúde e Cuidados Pessoais (0,65%). O grupo Despesas Pessoais teve alta de 0,49%, influenciado principalmente pelo incremento de 4,34% no subgrupo Casas Noturnas.

Entre os grupos que registraram arrefecimento nos preços está novamente Vestuário (-2,07%) e o grupo Artigos de Residência (-0,17%). Dentre os itens contabilizados nessas categorias, chama atenção a queda de 16,56% no preço do agasalho infantil e a redução da ordem de 8,69% no preço de mesas e cadeiras.

Prévia de Setembro

A primeira prévia (primeira quadrisessemana) do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba, de setembro, aponta para um aumento de 0,44% no índice geral. O fator que mais contribuiu para isso é uma alta de 1,11% no grupo de Transporte e Comunicação.

Equipe Técnica

Bernardo Piccoli Medeiros Braga. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
bpm.braga@gmail.com

Carlos Eduardo Fröhlich. Bacharel em Matemática e em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Área de concentração: macroeconomia e economia internacional.
carlos.e.frohlich@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Professor do Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia.
guilherme.ricardo@ufpr.br

Joaquim Israel Ribas Pereira. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
joaquimisrael@gmail.com

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de Economia & Tecnologia. Área de concentração: inflação e política monetária.
lucianofg@gmail.com